



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA OCTAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, declarou aberta a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, o vereador Gleisson Oliveira assumiu a presidência da Mesa e o vereador Mauro Freitas subiu à tribuna. Comunicou haver quatro projetos importantes, de autoria do Executivo municipal, a serem discutidos e votados neste parlamento em sessões extraordinárias, a partir das doze horas deste dia. Entre estes citou o projeto que reduz o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI no município de Belém, que precisaria ser votado ainda neste ano para que a população tivesse este benefício no ano vindouro. Relatou ter se reunido, no dia anterior, com o secretário municipal de Finanças, senhor José Batista Capeloni, e este lhe mostrara a importância desta iniciativa e o esforço que a Prefeitura Municipal de Belém – PMB, através da Secretaria Municipal de Finanças – Sefin, tem feito para que a população possa quitar seus débitos de IPTU, ITBI e outros impostos junto ao Tesouro Municipal. Revelou que o IPTU representa somente 3% do Tesouro, o que é muito pouco para uma cidade com tantos problemas. É por esse motivo, explicou, que a PMB depende de recursos do governo federal para dar seguimento às obras do município. Outro projeto a ser discutido e votado na tarde deste dia, comentou, permite a Parceria Público-Privada para a iluminação pública de Belém. Observou que as parcerias público-privadas são realizadas atualmente em todo o Brasil e em todo o mundo. Expressou não ver alternativa para que o patrimônio público seja preservado nas grandes capitais. Deu como exemplo do sucesso dessas parcerias a Estação das Docas, que foi muito criticada à época de sua fundação, mas funciona bem até hoje. Elogiou o ex-governador Almir Gabriel pela resolução de criar aquele espaço. Agora, previu, será criado um ambiente semelhante no Mercado de São Brás, garantindo aos permissionários daquele logradouro um futuro melhor. Em aparte, manifestou-se o vereador Nehemias Valentim. Findo seu pronunciamento, o vereador Mauro Freitas reassumiu a presidência da Mesa. Zeca Pirão externou sua tristeza com a falta de divulgação das discussões realizadas nas sessões deste parlamento. Lamentou que a população não tivesse conhecimento das lutas travadas pelos vereadores em prol da cidade. As informações somente chegam, aditou, quando os parlamentares vão até suas bases. Com isso, prosseguiu, os vereadores são tachados como preguiçosos, políticos que não querem trabalhar. Por esse motivo, ressaltou, é necessário recriar a TV Câmara, transmitir por rádio os projetos para a população, divulgar os debates, informar sobre a realização de sessões e os assuntos que serão discutidos. Ao mesmo tempo, prosseguiu, devem ser criados mecanismos para ouvir a opinião do povo sobre os temas em pauta. Julgou ser tudo isso muito relevante, considerando que o trabalho desta Casa não deve ficar restrito às paredes do salão plenário. Sugeriu ao presidente Mauro Freitas que fizesse um contrato com uma emissora de rádio para que os debates mais significativos fossem divulgados. Opinou não haver motivo para os parlamentares esconderem suas atuações da população. Revelou que muitas vezes vai à rua e as pessoas perguntam-lhe o que fazem os vereadores neste parlamento. Comparou que a Prefeitura Municipal de Belém – PMB faz alguma divulgação na televisão, mas a CMB não o faz. Aventou a possibilidade de alguma divulgação ser feita através da televisão, mostrando as matérias mais importantes que estão sendo discutidas nesta Casa. Apontou que a TV Liberal já faz isso todos os dias, mostrando as matérias que serão discutidas e votadas na CMB e na Assembleia Legislativa do Estado – Alepa. Alertou que a população já está atenta quando não há projetos relevantes em pauta e questiona o motivo para reeleger os vereadores se não houver atuação efetiva. Considerou ser um grande trunfo a propaganda, que é a alma do negócio e é a alma da política. Defendeu a divulgação maciça do trabalho da CMB. Recordou ter conseguido montar a TV Câmara à época em que foi presidente deste Poder. Reportou que quando

disputou as eleições para o Executivo de Belém, sendo candidato a vice-prefeito na chapa de José Priante, deixou um montante de 580 mil reais, através do Banco do Brasil, para garantir a continuidade do funcionamento da TV Câmara durante os dois anos em que não estivesse na Casa. Entretanto, logo no começo do ano seguinte, esse dinheiro foi desviado para outros fins. Opinou ser desmotivador observar que as discussões aqui realizadas não vão além das paredes do plenário. Lembrou depois sempre insistir, quando sobe à tribuna, na necessidade de construir um centro de diagnósticos em Belém para atender a população mais pobre que não pode pagar por exames e acaba morrendo por falta de tratamento. Asseverou ser a construção deste centro a solução de sérios problemas que atingem as pessoas. Revelou que diariamente muitos o procuram buscando realizar tomografia, raios X e outros exames e, mesmo não tendo muito dinheiro, paga-os com seus próprios recursos. Atestou ser possível, através de uma grande união - que envolva o prefeito, o governador ou qualquer autoridade - criar este centro de diagnósticos em benefício da população, pois esta merece e deve ser respeitada. Findo este pronunciamento, a vereadora Enfermeira Nazaré Lima justificou a ausência nesta sessão do vereador Fernando Carneiro por estar participando de uma audiência. Émerson Sampaio apelou ao governador Hélder Barbalho para que revisse a concessão, em regime de monopólio, dada à empresa Vale Verde Turismo na exploração do turismo em nossa cidade. Denunciou que a Vale Verde cobra preços altos, limita os horários dos passeios à Ilha do Combú e age de forma autoritária. Defendeu que se estabelecesse concorrência neste setor, com a participação de outras empresas de turismo. Apelou também ao prefeito Zenaldo para que se abrissem outros espaços de exploração turística do rio. Em aparte, manifestou-se o vereador Joaquim Campos. Findo este pronunciamento, o presidente Mauro Freitas convidou a também compor a Mesa a senhora Elaine Castelo Branco, promotora de justiça dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e o vereador Amaury da APPD. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco MDB - PHS, Joaquim Campos informou posteriormente sobre os feitos do governo Bolsonaro: medida isentando de impostos medicamentos importados para tratamento de AIDS e câncer; proposta de isenção de imposto de renda para quem ganha até cinco salários mínimos; fim da indústria das multas; conclusão da BR - 116; sanção da lei permitindo que famílias pobres obtivessem escritura do imóvel onde moram sem ter o habite-se; maior índice de atividade e emprego na construção civil nos últimos sete anos; superávit da balança comercial de 696 milhões na segunda semana de julho; inflação oficial em 0,1% (a menor taxa nos últimos 21 anos); queda de 22% nas mortes violentas; pensão vitalícia para os filhos com hidrocefalia; determinação de que pessoas idosas ou com dificuldade de locomoção recebessem agentes do INSS ou de seu banco em casa; redução de juros da Caixa Econômica Federal para o financiamento da casa própria; isenção de impostos de importação sobre bens de informática e de capital; sanção de dois projetos que ampliam a proteção à mulher vítima de agressão; criação de 408 mil novos empregos no primeiro semestre deste ano; aprovação de projeto de lei permitindo o uso de armas em toda a área de propriedade rural; ampliação de validade de cinco para dez anos da Carteira Nacional de Habilitação com possibilidade de exame de vista por médico oculista particular ou do SUS; ampliação da *internet* de banda larga para 24,5 mil escolas do país; não liberação de verbas federais para o carnaval; o lucro das três maiores estatais brasileiras foi o maior dos últimos vinte e três anos; a Polícia Federal já apreendeu 540 milhões de reais em bens de organizações criminosas apenas em 2019; fim do seguro obrigatório para veículos; micro e pequenas empresas geraram mais de 73 mil empregos somente no mês de outubro passado; mais de seiscentos imóveis apreendidos de traficantes foram colocados à venda; carteira estudantil gratuita; taxa básica de juros de 5%; retorno da lei que permite o abate de aeronaves civis que adentrassem o espaço aéreo brasileiro sem autorização e não se identificassem. Em aparte, pronunciou-se a vereadora Professora Nilda Paula. Pelo PP, Émerson Sampaio tratou da duplicação da Rodovia do Tapanã e da Rua Yamada. Lembrou ter feito um requerimento ainda no ano de 2017, aprovado por unanimidade nesta Casa, cobrando do governo estadual o início deste trabalho. Atualmente, mencionou, a obra avança a passos largos, está ficando linda e melhorando os bairros do Tapanã, Parque Verde e Benguí. Entretanto, advertiu, o empreendimento avança, mas a Celpe Equatorial não está retirando os postes de energia elétrica do meio da pista criando transtornos e riscos para a população. Pediu à concessionária maior agilidade no remanejamento dos postes para não prejudicar o andamento da obra e não colocar em perigo as pessoas. Após este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Wilson Neto. Pela liderança do bloco DC - Avante - Podemos, Mauro Freitas disse ter feito questão de compor a Mesa nesta sessão com os membros da comissão para pessoas com deficiência - formada pelos vereadores Wilson Neto, Professora Nilda Paula, Amaury da APPD, Paulo Queiroz e Blenda Quaresma. Agradeceu a presença da promotora de justiça Elaine Castelo Branco e lembrou ser esta data o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Apontou que a CMB tem uma grande liderança das pessoas portadoras de deficiência, o vereador Amaury da APPD, e

F 11 -

afirmou que todos os parlamentares deste Poder têm orgulho de tê-lo ao lado. Sendo ainda assessor, confessou, já admirava a atuação de Amaury neste parlamento. Hoje, como presidente desta Casa, tem mais orgulho ainda por tê-lo como colega. Nesta data significativa, relatou, o vereador Amaury solicitara que a promotora Elaine Castelo Branco fosse recebida neste parlamento, que é a casa do povo. Assegurou ser realizado na CMB um trabalho muito importante em relação aos direitos dos portadores de deficiência, sendo grande parte dele capitaneado pelo vereador Amaury da APPD, que tem sido um grande professor neste segmento. Outros vereadores seguiram a mesma linha, complementou, produzindo projetos em benefício das pessoas deficientes. Dirigindo-se à promotora de justiça Elaine Castelo Branco, declarou que esta Casa tem a honra de recebê-la em um dia tão importante, ademais por ser grande o percentual de pessoas portadoras de deficiência na população de Belém. Avaliou que as políticas voltadas para este segmento populacional avançaram muito graças à atuação de pessoas como a promotora Elaine e o vereador Amaury. Sobrelevou a importância de este parlamento receber pessoas do quilate de Elaine Castelo Branco, comunicando que ela faria posteriormente um pronunciamento de dez minutos e entregaria a Casa documentação relevante fazendo um resumo e trazendo explicações sobre a situação das pessoas portadoras com deficiência em nosso município. Ao fim de seu pronunciamento, o vereador Mauro Freitas reassumiu a presidência da Mesa. Pela liderança do bloco PT – PC do B, Amaury da APPD externou ser um grande prazer contar com a presença neste dia da promotora Elaine Castelo Branco. Ressaltou a relevância da atuação dela na consolidação e fiscalização das políticas públicas voltadas para o segmento das pessoas com deficiência. Lucubrou ser inútil a elaboração de leis sem a fiscalização da aplicação delas por órgãos como o Ministério Público. Participou que a promotora Elaine apresentaria um relatório das atividades desenvolvidas ao longo do ano pelo Ministério Público do Estado do Pará - MPPA, através da Promotoria de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso, em relação aos direitos das pessoas com deficiência. Enfatizou ser essencial que o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência não seja apenas um dia de comemorações, mas fundamentalmente seja um dia de luta em que todos estejam empenhados em buscar soluções para as dificuldades enfrentadas pelas pessoas deficientes cotidianamente no município de Belém. Cabe assim a este parlamento, evidenciou, apresentar propostas contemplando as necessidades deste segmento, que não deve mais ficar na invisibilidade. Salientou ser uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas pessoas deficientes não saber quantos são e onde estão, de forma a direcionar as políticas adequadamente. Afiançou que a Associação Paraense das Pessoas com Deficiência – APPD (desde 1981 atuando e construindo cidadania) dá apoio à Promotoria de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso, promotoria que ajudaram a construir. Recordou que, por volta de 1988/1989, havia apenas uma curadoria e insistiram junto ao procurador geral da época, Ismaelino Valente, para que fosse criada uma promotoria porque somente assim teriam resguardados todos os direitos. Alguns vereadores pensam, observou, que deseja ser o dono do segmento das pessoas com deficiência, mas assegurou não ser isso verdadeiro. Citou a este respeito o lema da ONU - nada sobre nós sem nós - indicando a inadequação de elaborar projetos e políticas para esta parcela da população sem consultar as pessoas que dela fazem parte. Deste modo, prosseguiu, algumas vezes os parlamentares fazem projetos achando que beneficiarão os portadores de deficiência, mas, por falta de informação e orientação, tais projetos são inadequados. O movimento em defesa das pessoas portadoras com deficiência, reiterou, não é do vereador Amaury e não é da APPD, não tem dono e está aberto ao diálogo visando à construção da cidadania no município de Belém. Falando depois pela liderança da Oposição, Amaury da APPD referiu-se ao projeto de lei apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro retirando o direito da pessoa deficiente de ser contratada pelas empresas. Inteirou ter sido este direito estabelecido por lei em 1991, sendo uma das bandeiras de luta do movimento, para que as pessoas com deficiência tivessem a garantia de um espaço dentro das empresas privadas através de cotas. Informou que hoje 93% das pessoas deficientes estão no mercado de trabalho devido à força e fiscalização do Ministério Público no cumprimento dessas cotas. Declarou ser injusto que se retire este direito através de um projeto apresentado com urgência urgentíssima, podendo ser colocado em pauta após cinco sessões ordinárias, não dando oportunidade aos segmentos de discutirem o assunto. Ressaltou ser este um momento de retirada de direitos e as pessoas com deficiência também estão sendo atingidas. O projeto retira a obrigatoriedade das empresas de contratarem pessoas deficientes, atentou, mas as obriga a pagar determinada quantia para a formação de um fundo, que seria o financiador da reabilitação e habilitação das pessoas para que elas voltassem ao mercado de trabalho. Postulou que se o Ministério Público e as organizações fiscalizadoras já não conseguem fazer com que as empresas cumpram com a legislação atual, muito pior será se elas tiverem total autonomia para contratar. Portanto, ponderou, este Dia Internacional da Pessoa com Deficiência não é uma data de festa, mas é um dia de lamento e de luta, pois os movimentos não podem cruzar os braços – não podem se partidizar, mas não

The bottom of the page contains several handwritten marks. From left to right, there is a vertical line, a diagonal line, a small horizontal mark, a large stylized signature, and a blue scribble.

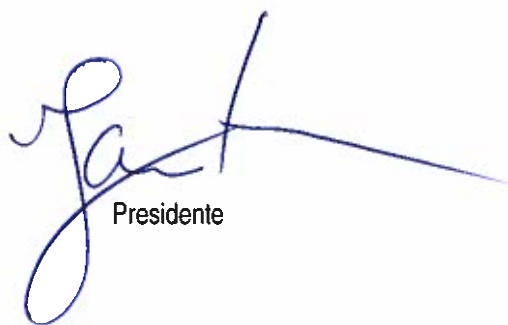
podem ficar à mercê de pessoas que não têm o conhecimento das causas das pessoas com deficiência. Como vereador de Belém, declarou, sempre defendeu intransigentemente os direitos das pessoas com deficiência, sempre combateu as propostas de retirada desses direitos, não importando qual fosse o grupo político no poder. Ressaltou que nenhum de tais direitos foi dado de graça, todos foram conquistados na discussão, no debate e na luta. Em aparte, manifestou-se o vereador Zeca Pirão. Pela liderança do bloco PMN – Solidariedade – Patriota – PR, Fabrício Gama denunciou haver uma montagem mal feita sendo divulgada nas redes sociais dizendo que os vereadores desta Casa são contra os trabalhadores do Mercado de São Brás. Esclareceu que a maioria deste parlamento está a favor da parceria cedendo aquele logradouro à exploração da iniciativa privada porque isso será benéfico para o município, será benéfico para os frequentadores e para os que labutam naquele espaço. Declarou que a Prefeitura de Belém não dispõe do montante de 60 milhões de reais necessários para reformá-lo e não é possível realocar essa quantia do restante do orçamento porque se deixaria de atender à Saúde e à Educação. Assim sendo, continuou, o prefeito Zenaldo Coutinho, corajosa e acertadamente, decidiu realizar uma Parceria Público-Privada – PPP para reformar o Mercado de São Brás e disponibilizá-lo ao usufruto da população. O edital para esta PPP, explicou, prevê a realização de cursos profissionalizantes aos permissionários, preparando-os para captar recursos em bancos, e a reforma dos boxes em que trabalham pela empresa ganhadora da licitação. Esses trabalhadores, portanto, não serão retirados do Mercado de São Brás. Pelo contrário, assegurou, ali funcionarão restaurantes, barbearias, bares e cafés, sendo gerados 1400 empregos diretos e mais de 3000 empregos indiretos. É preciso ser a favor da população de Belém e acabar com a politicagem, admoestou. Aqueles que se posicionam contra esta PPP, opinou, em verdade posicionam-se contra o povo belenense. Manifestou seu apoio à realização desta parceria e asseverou que lutará pela sua efetivação. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Mauro Freitas solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para a verificação de quórum. Enquanto ocorria esta verificação, concedeu-se a palavra à promotora de justiça Elaine Castelo Branco. Findo este pronunciamento, o presidente pediu a todos os vereadores que se aproximassem e recebessem juntos das mãos da promotora o relatório produzido pelo MPPA. Havendo quórum, iniciou-se logo depois a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então a leitura da matéria constante na pauta desta parte e o vereador Nehemias Valentim pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa de leitura e interstício dos projetos correspondentes, o que foi aprovado pela plenária. Foi feita em seguida a leitura e votação do requerimento do vereador Neném Albuquerque solicitando a concessão de onze dias de licença particular, no período de 02 até 12 de dezembro de 2019, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do vereador Bieco solicitando a concessão de três dias de licença particular, no período de 27 a 29 de novembro de 2019, sendo este aprovado por unanimidade. Passou-se então à leitura do requerimento do vereador Rildo Pessoa solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal O Liberal, edição do dia 16/10/2019, página 09, Economia, intitulada “Aneel quer novas regras para quem gerar energia”. Fez o encaminhamento o vereador Rildo Pessoa (assumindo neste interím a presidência da Mesa o vereador Dr. Elenilson). Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Procedeu-se, a seguir, a leitura do requerimento do vereador Nehemias Valentim solicitando a realização de uma sessão especial para debater a situação das escolas particulares no município de Belém. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se depois a leitura do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a realização de uma sessão especial para discutir as demandas e as atribuições da Comissão dos Direitos da Criança, do Adolescente, Idosos e Pessoas com Deficiência. Na votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Foi feita posteriormente a leitura do requerimento do vereador Sargento Silvano solicitando a realização de uma sessão especial para comemorar e homenagear os pioneiros do caratê em Belém. Fizeram encaminhamentos os vereadores Sargento Silvano e Fabrício Gama. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto o vereador Sargento Silvano. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Não havendo quórum, o presidente Dr. Elenilson encerrou a sessão às dez horas e cinquenta minutos, convocando os demais parlamentares a participar da sessão extraordinária marcada para as doze horas deste dia, neste salão plenário. Estava licenciado o vereador Neném Albuquerque. Justificaram suas ausências os vereadores Bieco, Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Paulo Queiroz. Estiveram presentes os vereadores: Mauro Freitas, Dr. Elenilson, Professor Elias e Rildo Pessoa, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Fabrício Gama, Zeca Pirão e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Professora Nilda Paula, Sargento Silvano e Lulu das Comunidades, pelo bloco PSD - PTC; Wellington Magalhães e Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD, pelo bloco PC do B – PT; Joaquim Campos, John Wayne e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Gleisson e Igor Andrade, pela

1 - 11

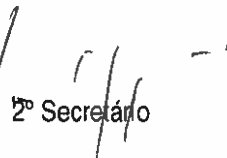
bancada do PSB; Nehemias Valentim e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Adriano Coelho, pelo PDT; Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Simone Kahwage, Wilson Neto e Toré Lima, pela bancada do Republicanos; Êmerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 03 de dezembro de 2019.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário

